



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1191/09	DATA: 13/08/2009
INÍCIO: 10h31min	TÉRMINO: 12h20min	DURAÇÃO: 01h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h49min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RALPH LIMA TERRA – Vice-Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base – ABDIB. LUIZ ANTÔNIO DO SOUTO GONÇALVES – Chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Área Social do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

SUMÁRIO: Discussão sobre providências relativas à organização da Copa de 2014.
--

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta a reunião de audiência pública destinada a discutir providências relativas à organização da Copa de 2014, objeto dos Requerimentos nºs 136/2009, 184/2009, 186/2009.

Encontram-se presentes Deputados da nossa Subcomissão, da Comissão, e o Relator, Deputado Paulo Rattes.

Teremos hoje como convidado o Dr. Ralph Lima Terra, que é Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base — ABDIB, a quem convidamos para tomar assento à Mesa; além disso, também se encontra aqui o Dr. Luiz Antônio do Souto Gonçalves, que é Chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Área Social do BNDES, a quem também convidamos para tomar assento à Mesa, agradecendo a ambos a gentileza de terem aceitado o nosso convite.

Esta audiência pública é a segunda realizada no sentido de obtermos as informações necessárias para construir uma base de dados, de informações, para o trabalho que nossa Subcomissão Permanente de Fiscalização dos Gastos Federais na Copa do Mundo, presidida pelo Deputado Rômulo Gouveia, tem pela frente, trabalho esse a ser relatado pelo Deputado Paulo Rattes.

Nós estabelecemos uma agenda de audiências públicas, de reuniões, de requerimentos de informações e de visitas. Nossa primeira audiência pública foi realizada com a presença do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva — SINAENCO e também da Confederação Nacional de Transportes — CNT, que trouxeram sua contribuição sobre o trabalho que realizaram. E hoje nós vamos ouvir a ABDIB, sobre o trabalho que ela já há algum tempo vem desenvolvendo, no sentido de levantar as necessidades para a realização da Copa. E, da mesma forma, queremos ouvir do BNDES qual será o papel da instituição, quais são as perspectivas da instituição no seu envolvimento com a Copa de 2014.

Quero convidar o Deputado Rômulo Gouveia, que é Presidente da Subcomissão, para também tomar assento à nossa Mesa. *(Pausa.)*

Nós vamos então iniciar os nossos trabalhos. O Deputado Rômulo Gouveia vai conduzir a reunião, como Presidente da Subcomissão, e o Dr. Ralph será o primeiro palestrante, na qualidade de Vice-Presidente Executivo da ABDIB, e tem ao

[MF1] Comentário: Supervisor.:Myrinha

[P2] Comentário: Sessão:1191/09 Quarto
Taq.:Stella Maris Rev.:



seu dispor 20 minutos para sua apresentação, podendo ser prorrogados, caso V.Sa. tenha necessidade.

Se for... como é o caso de um *PowerPoint*, Dr. Ralph, se quiser utilizar o microfone portátil, acho que seria mais adequado.

O SR. RALPH LIMA TERRA - Bem, bom dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer a oportunidade do convite ao Deputado Silvio Torres, e na pessoa dele cumprimentar todos os **Parlamentares**, as senhoras e os senhores.

Eu preparei aqui um *PowerPoint* — acho que vou ficar aqui embaixo — resumindo o trabalho que nós estamos fazendo, visando à adequação da infraestrutura brasileira para a realização da Copa do Mundo de 2014. Então, eu pediria a quem está comandando...

(Segue-se exibição de imagens.)

Rapidamente, eu vou mostrar o que é a ABDIB, para os senhores saberem, e um histórico, desde quando nós estamos trabalhando em torno desse tema — os objetivos, premissas e diretrizes, o escopo do método, os principais resultados, os próximos passos e a segunda fase, que nós já estamos começando a desenhar.

Bem, a ABDIB é uma entidade nacional, fundada em 1955, no início do processo de industrialização brasileira. Tem como principal missão colaborar para a melhora do ambiente de negócios e a atração de investimentos dos parceiros públicos e privados, e é composta de empresas que produzem bens e serviços para a infraestrutura e a indústria de base. Estou referindo-me a energia em todas as suas formas, transporte em todos os seus modais, saneamento básico, telecomunicações, e às indústrias de base: siderurgia, mineração, papel-celulose, química, petroquímica etc. Atualmente são 144 grupos empresariais, que faturaram em 2008 R\$ 345 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 15% do PIB nacional, e que empregam diretamente 318 mil profissionais — empregos diretos.

Esta é a nossa agenda permanente: a ratificação da importância do capital privado na infraestrutura. É uma tese que defendemos há anos, e cada vez mais temos confiança de que esse é o caminho para o desenvolvimento do País. E não só; também buscamos criar condições para que o investidor privado possa vir participar da infraestrutura brasileira. Para isso é necessário haver:

[P3] Comentário: Sessão:1191/09 Quarto
Taq.:Márcia Luisa Rev.:



- marcos regulatórios estáveis, claros, representando compromissos formais entre o Poder Público e o privado;
- a consolidação da autonomia e da independência de entes reguladores, como, por exemplo, as agências reguladoras, o que nós consideramos fundamental;
- uma definição de conjuntos e projetos estruturantes; e
- a criação de mecanismos alternativos para financiamento e captação de capital privado.

Essa é a necessidade de investimentos em infraestrutura no Brasil, por ano, ao longo dos próximos 10 anos, isso para que ao fim dos 10 anos a economia brasileira seja competitiva, ou seja, tudo que for produzido no Brasil tenha condições de competir em nível mundial. Então, os senhores observem que o desafio é enorme. Eu aqui não estou referindo-me à Copa do Mundo; estou referindo-me ao dia a dia do País, diante dessa economia globalizada. Isso é o que nós estamos conseguindo efetivar de investimentos, a série histórica, nos últimos 3 anos. Estamos num crescendo interessante, mas ainda assim muito aquém do que é necessário investir. E em 2008 nós conseguimos contabilizar R\$ 106,8 bilhões, o que corresponde a cerca de 66% do que seria necessário.

Bom, então vamos tratar diretamente da Copa do Mundo, que é o que interessa. A ABDIB firmou um termo de cooperação técnica com o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, e com a CBF, há 1 ano, em maio de 2008, com o objetivo de fazer um diagnóstico da infraestrutura de cada uma das 18 cidades candidatas a serem sede da Copa do Mundo. Naquela época, em maio de 2008, a FIFA ainda não se havia pronunciado e escolhido as 12 sedes. Então, eis os objetivos e premissas:

- identificar a situação atual de cada uma dessas cidades no que diz respeito à infraestrutura;

- ter como referência o caderno de encargos da FIFA, identificando os níveis de exigência mínima ideal — isso aqui tem a ver com ser jogo de abertura, semifinal, final, ou então jogos da primeira fase; e instituímos 48 indicadores, que vou explicar e apresentar aos senhores — nestas 9 dimensões: mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, energia, saneamento básico, rede hospitalar, rede



hoteleira e segurança pública. Observem que aqui não estão os estádios e arenas. É uma análise dos investimentos;

- identificar o que já existe em execução — isto aqui é importante. Não é novidade para ninguém nesta sala que o Brasil, independentemente de Copa do Mundo, precisa, tem uma necessidade muito grande de investimentos e de infraestrutura. Então, na maioria dessas cidades há um conjunto de obras já em andamento muito significativo, e a maioria delas com importância em relação à execução da Copa do Mundo;

- recomendar projetos para atingir os níveis mínimo e ideal, procurando não sobrecarregar orçamentos públicos. Essa é uma premissa do nosso trabalho. E os projetos precisam apresentar sustentabilidade econômica e financeira, evitando-se investimentos que fiquem obsoletos após o término da Copa do Mundo — temos alguns exemplos recentes no Brasil que queremos evitar de qualquer jeito — e buscando-se investimentos que tenham o papel de deixar um legado de desenvolvimento econômico e social para as cidades.

Aqui, um comentário importante: é que procuramos inspirar-nos, no trabalho todo, em países e mesmo cidades no mundo que aproveitaram muito bem essas oportunidades e deixaram um legado significativo, assim com há exemplos negativos também, de países e cidades que não souberam aproveitar a oportunidade de organizar uma Copa do Mundo.

Vejamos as premissas por dimensão. Isto é importante: no que diz respeito à mobilidade urbana, temos que considerar que a vida segue, independentemente da Copa do Mundo de 2014. Tiramos um retrato da situação atual, que vamos projetar para 2014, independentemente da realização da Copa do Mundo. Por exemplo, consideramos aqui um crescimento médio, ao longo dos próximos 5 anos, da ordem de 3,5%. É um dado. Isso não quer dizer que a ABDIB acha que vai ser 3,5%, mas é um dado, uma referência. Se crescer mais, precisamos complementar; se crescer menos, corrigir.

Para os aeroportos, de uma forma geral, com exceção dos 3 grandes centros — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte —, nós consideramos um raio de 150 quilômetros, tendo o estádio como epicentro de toda a zona de movimentação. A mesma coisa para os portos, para aquelas cidades que têm portos, não é? Na



questão da hotelaria também, um raio de 150 quilômetros. E, a partir de dados do IBGE, energia, que é um dado nacional e extrapola muitas vezes a questão de cada uma das cidades, com exceção da área de distribuição; telecomunicações, a mesma coisa; rede hospitalar, saneamento e segurança.

Um exemplo... Só faltou aparecer o mapa. Eu trouxe aqui 2 exemplos de mapa. Bom, mas eu vou deixar o *pen drive* aqui. Trouxe 2 exemplos — ouviu, Sívio? —, que mostram que... Os 2 são de São Paulo, Nivaldo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RALPH LIMA TERRA - Um é de mobilidade urbana e outro da rede hoteleira, tendo como epicentro o Estádio do Morumbi, que é a indicação oficial, e, num raio de 15 quilômetros no que diz respeito à mobilidade urbana e de 150 quilômetros no que diz respeito à parte hoteleira, todo o mapeamento da cidade, das instalações que existem, e com isso nós identificamos as necessidades.

Sobre o método, partimos dos projetos, dos investimentos existentes, e, ao fim desta primeira fase, nós vamos fazer as recomendações dos projetos adicionais, à medida que não exista nem projeto em curso nem projeto preliminar, e com o estabelecimentos dos 2 níveis, o mínimo e o ideal. Essa foi a lógica do trabalho. Partimos da análise de cadernos de encargos, fizemos visitas, montamos uma equipe de técnicos, cerca de 50 técnicos; contratamos 2 consultorias internacionais especializadas em infraestrutura e com experiência em eventos desse porte, a Price e a Deloitte (foram contratadas pela ABDIP); identificamos indicadores e critérios a serem avaliados, cerca de 50 indicadores, quantitativos e qualitativos; identificamos os cenários a serem atingidos, as informações complementares — aqui está a equipe montada; fomos mais uma vez a cada uma das cidades, ficamos lá 10, 15 dias, permanentemente, identificando tudo que estava acontecendo, avaliamos os *gaps*, e agora estamos na fase final de conclusão do relatório para apresentação final.

Aqui, um dado muito importante: todas as informações foram coletadas de órgãos oficiais, de nível federal e estadual, em cada uma das cidades. Então, são informações oficiais. Não são possibilidades, são situações reais.

Esse é o quadro mais importante da minha apresentação. Isso aqui resume o trabalho que está sendo feito. Aqui, na coluna da esquerda, estão as 9 dimensões



em que nos concentramos. A letra “a” representa, hipoteticamente, o ponto em que cada uma das 18 cidades se encontra, em relação a cada uma dessas dimensões. Aqui estão os 2 níveis, mínimo e ideal, e o trabalho consiste em, verificada a situação atual, projetar para 2014 e identificar, em relação aos indicadores, o que precisa ser feito a mais para que a cidade em 2014 esteja em condições.

Vou citar um exemplo: aeroportos. Vou mostrar com detalhe cada uma dessas dimensões. Quanto a aeroportos, nós identificamos, se não me engano, 3 indicadores, no que diz respeito à capacidade dos terminais, à capacidade das pistas e à quantidade de linhas internacionais. Então, verificamos a situação hoje, projetamos como estará em 2014 e indicamos o que fazer para eventualmente complementar cada uma dessas dimensões.

Essas são as 9 dimensões e a quantidade de indicadores, quantitativos e qualitativos. *(Pausa.)* O que aconteceu? Eu pensei que estivesse salvo. Para cada um desses indicadores há o nível considerado adequado, e foi feita a medição, identificando a situação em que cada cidade se encontra. Acho que há alguma coisa errada aqui. Isso é a parte nobre do processo. *(Risos.)* É Murphy, viu, Silvio? É assim que...

Na Copa do Mundo não pode faltar energia nem telecomunicações. Há até uma história interessante, que pouca gente sabe: na última Eurocopa, durante cerca de 30 minutos faltou energia. Os senhores sabem disso? Pouca gente sabe, porque isso foi protegido a 7 chaves. Durante 30 minutos faltou energia num estádio em que estavam jogando, se não me engano, Alemanha e Turquia, e toda a Ásia, todo o continente asiático ficou sem ver o jogo — um prejuízo incrível para a organização da Eurocopa. Todo o mundo guardou essa informação. E essa é uma das grandes preocupações que existem, não é? Porque Copa do Mundo é um evento midiático; é preciso haver energia, telecomunicações, além das questões normais, e o mundo todo precisa estar antenado, porque senão os patrocinadores não faturam, não apresentam seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deixe-me fazer uma pergunta. Enquanto se resolve o problema, talvez pudéssemos já ir adiantando algumas informações. O que eu entendi é que esse levantamento todo foi feito com as 18 propostas, que no final eram 17.



O SR. RALPH LIMA TERRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Antes, então, das escolhas. E depois disso ele teve uma sequência, ou esse levantamento tem a data daquele período?

O SR. RALPH LIMA TERRA - Veja, em maio não tinha nem sido constituído ainda o Comitê Organizador, não é? E o Brasil já tinha sido escolhido; aí, nós ficamos num dilema: esperamos a FIFA indicar quantas e quais serão as cidades, ou começamos o trabalho com as 18 cidades candidatas? Então, a opção foi começar o trabalho, porque o tempo passa, e nós não temos muito tempo. Por isso, nós fizemos o trabalho para as 18 cidades que chegaram à penúltima fase, estamos concluindo para as 18 cidades e vamos entregar para cada uma dessas cidades, Governadores e Prefeitos.

E o processo é dinâmico. Essas informações, a base dessas informações é o fim de 2008. Elas estão sendo sistematizadas e vão ser atualizadas, agora com foco nas 12 cidades, porque agora temos que botar o foco na decisão da FIFA. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - E as cidades escolhidas, as 12 cidades utilizaram-se de alguma forma desse trabalho da ABDIB, quando apresentaram suas propostas à FIFA?

O SR. RALPH LIMA TERRA - Eu diria que menos do que poderiam, não é? As cidades concentraram-se, e eu entendo perfeitamente, num primeiro momento, muito na questão das arenas e dos estádios, que são o palco principal da realização do evento. Agora, passada esta fase, que vai pelo menos até novembro ou dezembro — acho que Souto vai explicar com um pouco mais de detalhes —, que é a da viabilização econômica das arenas e estádios, a tendência é concentrarem-se um pouco mais nas questões de infraestrutura: aeroportos, mobilidade urbana, telecomunicações, enfim, as outras dimensões.

Há solução ou não? Há? Vamos lá. Vamos diretamente para as... Mostre o mapa, que isso aqui é... Há como aumentar? Aumente esse da rede hoteleira.

Silvio, para cada uma das cidades, para cada uma das dimensões, há um mapa desses, com o dimensionamento, tendo como centro, aqui no caso, o Cícero Pompeu de Toledo, o Estádio do Morumbi; e, num raio de 15 quilômetros, em toda a cidade, está tudo mapeado: o que existe de hospital, o que existe de equipamento

[p6] Comentário: Sessão:1191/09 Quarto
Taq.:Maria Cristina Rev.:



de segurança, o que existe de mobilidade urbana, a questão de acesso; e, num raio de 150 quilômetros, aeroportos e hotéis. Isso para cada uma das cidades, para cada uma das dimensões. Então, essa é uma contribuição que a ABDIB está dando que extrapola a Copa do Mundo. Isso vai ficar, e, independentemente de Copa do Mundo, é uma boa fonte de referência para que cada cidade possa fazer seus planejamentos.

Vamos diretamente lá para os *gaps*. Aqui, por exemplo: aeroportos. Foram discutidos e estabelecidos 3 indicadores. O primeiro é o grau de saturação dos terminais de passageiro. O mínimo: 95%; o ideal: 90%. Isso não é porque a ABDIB quis. São dados internacionais de conforto e segurança utilizados nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O segundo é o percentual de ocupação em voos internacionais. Esse é o nível ideal: 75%. E o nível mínimo: 85%. Quando é mínimo, é o que é tolerável; 75% é o ideal para se trabalhar, mas se houver um nível de 85% dá para trabalhar. E, por fim, o grau de saturação das pistas de pouso e decolagem, considerando os intervalos de pouso e decolagem e a quantidade de voos que pousam e decolam de cada um dos aeroportos.

Então, para cada uma das cidades, nós temos todas essas informações: de cada um dos aeroportos, na data-base dezembro de 2008, mobilidade urbana — quantidade de passageiros transportados por dia em veículo ferroviário, nível mínimo e nível ideal —, e por aí vai. Um dado importante, por exemplo, em se tratando de Copa de Mundo, é a quantidade de habitantes por táxi. O ideal é que 300 habitantes daquela cidade, daquela região, da macrorregião urbana, disputem e dividam um táxi. Isso aqui não são dados que a ABDIB colocou. São dados de referência mundial.

É por isso que eu digo, como eu estava conversando com o Deputado Silvio Torres: eu sou suspeito para falar, mas é uma contribuição... eu não tenho conhecimento de que já tenha sido feita alguma coisa semelhante no Brasil. Quer dizer, isso vai poder ser utilizado depois da Copa do Mundo, inclusive.

E por aí vai: rede hoteleira, taxa de ocupação em cada uma das categorias — luxo, superior e econômica —, a taxa de ocupação total. E por aí vai. Há a parte hospitalar, que muita gente pergunta o que tem a ver com Copa do Mundo, mas as cidades precisam estar preparadas. Ninguém sabe o que vai acontecer. A



quantidade de gente que vem e que vai dividir espaço com quem já mora nas cidades é grande; então, precisamos ter um mínimo de preparo. E observamos que na maioria das cidades nós estamos muito longe do nível mínimo, quanto mais do nível ideal.

Sobre saneamento básico, desnecessário falar. Depois de 19 anos o marco regulatório foi sancionado, e agora é que o processo começa a se desenvolver. Nós temos um atraso muito grande. Então, identificamos aqui 9 indicadores, quantitativos e qualitativos, para cada uma das cidades.

A segurança é um item que preocupa todo o mundo, em particular a FIFA. Aqui, a situação extrapola da necessidade de investimento em equipamento e muito em treinamento de pessoal. A mesma coisa ocorre na parte hoteleira. Quanto à energia, temos uma posição até razoavelmente tranquila no que diz respeito à geração, mas com muitas necessidades localizadas em distribuição.

Telecomunicações talvez seja, das 9 dimensões, a que é 100% privada. O desafio é grande, mas talvez seja a que menos preocupa, de uma forma geral. Já estou passando para os senhores um pouco do sentimento de quem está lidando com esses números. Quando eu puder apresentar com detalhe cada uma delas, e isso vai ocorrer ao longo do mês de setembro, aí nós vamos poder ver isso em números.

Bom, temos aqui as 3 condições clássicas: o verde, o amarelo e o vermelho. São premissas que adotamos para identificar cada um dos projetos. O projeto que já tenha os valores condizentes e as fontes de financiamento e recursos garantidas, o processo licitatório executado e, na nossa avaliação, tenha baixa probabilidade de não ser finalizado a tempo nós classificamos como verde. Agora, projetos em que o valor não está condizente, a fonte de financiamento não está garantida, o processo está atrasado, ou porque falta EIA/RIMA, ou porque falta projeto básico, ou é um projeto que depende de comprometimento de próximos Governos — esse é um dado importante —, em nível federal, estadual ou municipal, nós classificamos como amarelo. E projetos sobre os quais hoje, se tudo continuar acontecendo da forma como está, não houver um comprometimento sério de acelerar o processo nós classificamos como vermelho, para saltar aos olhos. Então, isso vai gerar muita polêmica, mas é absolutamente necessário.



Bem, essas questões aqui são de caráter nacional: energia elétrica, rodovias, ferrovias, e assim foi feita a consideração, extrapolando a condição das cidades, especificamente. Por exemplo, nós estamos trabalhando com a estimativa, com base na experiência das informações da FIFA, de que teremos no Brasil cerca de 500 mil turistas em função da Copa do Mundo, 30 dias antes, 30 dias durante e 30 dias após. É um volume concentrado de 60 a 90 dias, o que na História do Brasil nós nunca tivemos, nem no carnaval do Rio de Janeiro. Isso além dos jogos, emissoras, a quantidade de televisões do mundo inteiro que se deslocam para cá e passam a ter como fonte de referência o Brasil, produzindo imagens, gerando matérias; ou seja, o Brasil vai estar no ar durante 60 a 90 dias no mundo inteiro. É uma oportunidade que não tem preço, não é? Então, cabe a nós estarmos preparados e vendermos uma imagem adequada do nosso País.

A questão da ONS é importante, haja vista as medidas que são necessárias em momentos, por exemplo, como o Carnaval, o Ano Novo e o Pan-americano; o de 2014 vai ter uma dimensão muito superior a todos esses cuidados. Então, é importante estarmos conectados.

Não sei se vale a pena passar por cada um desses, Silvio. Meu tempo está indo embora. Mas tudo isso eu vou deixar aí com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - É, se quiser passar rapidamente, só para...

O SR. RALPH LIMA TERRA - É, talvez sim. Telecomunicações — como eu disse, talvez aqui esteja o menor dos desafios. Ainda assim é um desafio. Está tudo aqui detalhado: são as premissas e considerações das rodovias; fora São Paulo, de uma forma geral (e São Paulo ainda com muitas deficiências), os outros Estados não têm rodovias que permitam um deslocamento adequado; então, vamos ter de investir muito nisso. A questão de ferrovias, então, é dramática. Ou seja, o modal ferroviário é muito pouco utilizado no Brasil, e acho que vamos ter de fazer essas considerações.

Os aeroportos, desnecessário dizer, não é? Todo o mundo aqui é usuário de aeroporto e sabe o sufoco que tem sido. E se o País continuar (Deus queira que continue) crescendo à taxa de 3,5%, 4% ao ano, no mínimo, nos próximos 5 anos,

[MSOffice8] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:7 Taq.:Paulo Rev.:



nós vamos chegar a 2014 em uma situação ainda pior, se não fizermos os investimentos adequados.

A questão da saúde também está bem detalhada. Vou deixar tudo isso com os senhores, ouviu, Silvio? Saneamento também.

Bem, os próximos passos: a ABDIB entregará... são 18 ou 19 relatórios. Cada um, de cada uma das 18 cidades, cada relatório tem aproximadamente 300 páginas e cerca de mil páginas de suporte. Por meio eletrônico nós vamos entregá-los a cada uma das cidades, entregar ao Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, e também ao Comitê Organizador, ao presidente do Comitê, Ricardo Teixeira.

Vamos divulgar — nós estamos estimando que isso vá acontecer no início do mês de setembro, portanto daqui a 2 semanas — as visitas, e explicitar em cada uma das cidades o que entendemos que é absolutamente fundamental. E já estamos preparando uma estrutura, mais uma vez, da entidade. Aqui, é importante ressaltar: é uma iniciativa feita — ouviu, Silvio? — 100% com recursos privados da entidade, não é? Entendemos que o risco e as oportunidades em torno da realização de um evento desses justifica estarmos preparados, porque não vai ser fácil.

Bem, na segunda fase nós vamos botar o foco na estruturação financeira, naquilo de que nós estávamos falando agora há pouco. Aqui está o grande trabalho: é criar condições para que investidores privados tenham interesse em participar não só de estádios e arenas, mas de equipamentos de infraestrutura.

Vamos botar o foco na elaboração de projetos de engenharia, nos estudos de viabilidade econômico-financeira, na modelagem jurídica. E isto aqui é muito importante: as PPPs, que alguns Estados estão aproveitando bem, mas que ainda têm um potencial muito grande de desenvolvimento. É uma lei que deu tanto trabalho... Silvio acompanhou de perto, e sabe que a ABDIB teve uma participação decisiva. E entendemos que ela tem um papel importante na Copa do Mundo. Vamos divulgar, e buscar investidores — esse trabalho já começou —, investidores que tenham interesse em trazer capital e vir participar desses projetos. É claro que tudo isso ficou mais complicado ainda em função da crise financeira, o que aumenta o nosso desafio.



Vamos botar um foco na gestão e na execução dos cronogramas. Eu estive, há 2 semanas, a convite do Comitê Olímpico Internacional, em Londres, visitando o site da Olimpíada de 2012. São 25 quilômetros quadrados, em uma região degradada de Londres. Uma obra impressionante: US\$ 15 bilhões; 5 mil operários trabalhando 24 horas por dia. Em termos de obra, nada que nos assuste; o Brasil tem todas as condições de fazer. Agora, em termos de gestão, eu fiquei impressionado: eles controlam 24 horas por dia o que tinha que acontecer, o que aconteceu e o que deixou de acontecer. Então, eu acho que em alguns casos, em alguns projetos, nós vamos ter de fazer um trabalho semelhante a esse, porque senão nós vamos chegar a 2014 com problemas.

E vamos botar um foco nas propostas de ação para eliminar riscos e entraves para esse investimento. Enfim, essa é a segunda fase. Por exemplo, o legado — que eu acho que é a parte final, e eu estou encerrando — é a melhora no atendimento do transporte público urbano. Isso é o que vai ficar para a população das cidades: saneamento básico e turismo, que são grandes fontes de receita, depois da Copa do Mundo; o desenvolvimento do País, depois da realização da Copa; a quantidade de recursos que virão para a economia brasileira, e que vão ajudar o desenvolvimento, e a melhora na capacidade aeroportuária.

E outros: a redução da incidência de doenças, causada por pesados investimentos de saneamento em áreas críticas — isso aqui talvez seja, e se trabalharmos direitinho vai ser, um dos grandes legados que vão ficar; a instituição de um circuito de arenas multiuso, porque, apesar de o Brasil ser o país do Futebol, nós não temos uma única arena em condições mínimas de realizar a Copa do Mundo; a consolidação na rota de turismo internacional, e sabemos o que a Espanha fez, o que Portugal fez na Eurocopa alguns anos atrás, aproveitando, preparando-se, e vão beneficiar-se disso pelo menos nos próximos 20, 30 anos; e o desenvolvimento de saneamento básico e transporte metroferroviário.

Era isso. Eu gostaria de agradecer, e estou à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Nós agradecemos ao Dr. Ralph.

[p9] Comentário: Sessão:1191/09 Quarto
Taq.:Maria Lílian Rev.:



Vamos dar sequência, já ouvindo o Dr. Souto Gonçalves, e depois passaremos aos Parlamentares para as nossas considerações e questionamentos.

Se o senhor não vai projetar nada, então basta ligar o microfone. Fique à vontade, por favor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DO SOUTO GONÇALVES - Bem, eu gostaria de agradecer, em nome do Presidente Luciano Coutinho, que foi a pessoa convidada para estar aqui hoje, nosso Presidente. É um prazer o BNDES estar aqui prestando esses esclarecimentos aos senhores.

Em relação à Copa, eu acho que a boa notícia que temos para dar é a seguinte: temos capacidade de financiar, temos possibilidade e capacidade de financiar o conjunto de investimentos que serão necessários para a Copa. Então, eu acho que essa é a grande saída.

O volume de investimentos é que eu acho que é a discussão, e aí Ralph não colocou na sua apresentação a que volume ele chega, mas eu estou imaginando que Ralph, mais do que na Copa, no seu trabalho, está pensando no Brasil no longo prazo: quais são as deficiências, para onde temos que caminhar, olhando os indicadores internacionais. E talvez o ideal não seja o possível, no curtíssimo prazo, por todas as razões.

Ele mostrou um dado ali interessante: o crescimento de investimento em infraestrutura de 2003 para 2008, que saiu de R\$ 55 bilhões para R\$ 106 bilhões. E, não casualmente, o orçamento do BNDES sai de R\$ 50 bilhões, R\$ 60 bilhões, para R\$ 110 bilhões, não é? Isso não é bem uma coincidência. Por quê? Porque, mesmo naqueles segmentos que é capaz de tocar, o setor privado precisa de financiamento. Ele trabalha de forma alavancada; 70%, às vezes 80% daquele investimento são feitos por meio de financiamento. Então, essa também é uma dificuldade para o Brasil, porque nós só temos o BNDES como financiador de longo prazo, e esses investimentos dependem dessa instituição, que depende de uma captação adequada, depende de um *funding* adequado. Acho que esse é um dado importante.

Eu vou... eu acho que a gente pode, depois, conversar um pouco mais; mas, pontualmente, eu vou comentar alguns itens que são apresentados na relação Copa, até para abrir uma conversa um pouco mais ampla. Eu acho que assim...



Em relação à questão hoteleira, o banco tem disponibilidade de recursos. Nós temos vários fundos constitucionais, inclusive nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que vêm atendendo o segmento hoteleiro. Trata-se de segmento no qual eventualmente podem ser feito alguns ajustes, mas está razoavelmente bem atendido.

Energia e telecomunicações, como disse o próprio Ralph, são segmentos dos quais o setor privado dá conta. Quer dizer, o Brasil vai muito bem nesses segmentos. Não temos muita dificuldade, não vemos muitos problemas em relação a isso.

No que diz respeito ao saneamento, essa foi a grande mudança do Brasil nos últimos 2 anos. Os investimentos não se maturaram todos, estamos num processo de investimentos, mas nunca fizemos tanto investimento em saneamento no Brasil quanto agora. A nossa carteira de saneamento no BNDES hoje é muito maior — historicamente talvez seja a maior carteira que já tivemos na linha de saneamento básico — e isso se reflete também na Caixa Econômica Federal e no próprio aporte direto de recursos de Estados e Municípios. Portanto, é um segmento que também caminha bem.

A questão da mobilidade urbana é um gargalo do País, um gargalo histórico que nós temos, mas estamos buscando alternativas para isso. Esse setor, historicamente, foi tratado pelo setor público, porque, no passado, pelo menos, não se via a possibilidade de entrada do setor privado na atividade. Mas, agora, alguns segmentos têm apresentado oportunidades, tanto no setor ferroviário quanto nos próprios metrô, não na totalidade dos investimentos, mas pelo menos em parcela dos investimentos e na operação dos ativos. Estamos trabalhando nisso. Sem dúvida, essa é uma questão importante do Brasil. Todos nós que saímos às ruas percebemos dificuldades na mobilidade urbana.

No tocante aos aeroportos, a INFRAERO é a responsável pela administração aeroportuária. A novidade no País é o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal, que talvez seja o primeiro terminal construído pela iniciativa privada. Há uma questão sendo discutida em relação a isso e está bastante avançada. Inicialmente seria um aeroporto de carga, o primeiro aeroporto privado do Brasil. Há estudos avançados com relação a esse segmento.

[P10] Comentário: Sessão:1191/09 Quart
Taq.:Lelaine Rev.:



Temos, finalmente, a questão das arenas, que deixei por último, porque as arenas são o palco da Copa. Sem arena não haverá Copa.

Considero importante dizer que o BNDES tem linhas de financiamento para todos esses segmentos, inclusive para as arenas, dentro da lógica bancária, com garantias etc.

Conversamos um pouco com as cidades, que estão trabalhando as suas modelagens. As cidades, na verdade, apresentaram à FIFA projetos de mudanças que passavam, sim, por mobilidade urbana, hospitais, enfim, por um conjunto de referências da FIFA. Mas, num primeiro momento, o candidato aceita, depois tem de acertar e fazer os projetos. Acho que as cidades serão convocadas para conversar com os senhores e vão descrever um pouco melhor esses projetos em que estão trabalhando agora. É preciso ter um projeto básico. Num primeiro momento, há um projeto arquitetônico — “*Eu desejo fazer isso*” —, depois vem o projeto básico, para depois se chegar a um projeto mais detalhado que possibilite obter financiamento ou mesmo fazer uma licitação pública.

Este é o mês do fechamento dessas contas das cidades, e nós do BNDES seremos solicitados por vários segmentos no tocante aos financiamentos.

Em linhas gerais, era o que tinha a dizer. Coloco-me à disposição dos senhores para esclarecer o que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Dr. Luiz Antonio do Souto Gonçalves, que representa o BNDES, a participação.

Convido o Deputado Rômulo Gouveia para assumir a Presidência, a fim de dar continuidade aos debates. Vou me dirigir ao plenário neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade ao Presidente Silvio Torres, que tem sido um dos grandes responsáveis pelo trabalho desta Subcomissão, e aos convidados a presença.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rattes, Relator desta Comissão, autor do requerimento e que, em nome da Subcomissão e da Relatoria, fará suas indagações aos debatedores.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Deputado Silvio Torres, Deputado Rômulo Gouveia, Dr. Ralph Lima Terra, Dr. Luiz Antonio Gonçalves, gostei muito do



que foi dito, porque foi exposto de maneira muito clara, bem definida, ao mesmo tempo, criando perspectivas. Não há definições. A definição maior que buscamos nesta Comissão, eu creio, é se podemos ou não, em tempo hábil, realizar todas as obras de infraestrutura e todas as arenas ou estádios que têm de ser feitos.

As coisas vão acontecendo durante o período. Nós conhecemos muito bem as questões brasileiras. Elas têm sempre um bom planejamento — não um grande planejamento — e, ao final, uma má execução. E aí temos prazos, temos todos os brasileiros voltados a isso, temos o mundo olhando para nós, e esses prazos precisam ser cumpridos.

Por exemplo, desde que instalamos esta Subcomissão, ouvimos o que não tínhamos ouvido antes do Presidente da CBF, Dr. Ricardo Teixeira. O que ele disse? Disse textualmente que as arenas e os estádios precisam de dinheiro público. Foram os termos que ele usou. Precisam de dinheiro e de dinheiro público. E, evidentemente, se faltar dinheiro para as arenas e para os estádios, teremos problemas na execução a tempo dessas obras.

A partir disso, farei algumas indagações específicas.

Eu gostaria de saber do Dr. Ralph, numa gradação de verde, amarelo e vermelho, que percentuais nós temos de verde, de amarelo, que já é uma indagação, e de vermelho, que é uma grande dificuldade.

O SR. RALPH LIMA TERRA - Deputado Paulo Rattes, no que diz respeito à infraestrutura, observamos quantidade significativa de verde nos projetos existentes. Ou seja, várias cidades — e isso ficará explicitado por ocasião da apresentação da forma final do trabalho — hoje têm um conjunto de obras em andamento muito grande. E, em alguns segmentos, por exemplo, telecomunicações, são investimentos 100% privados. No Nordeste, os projetos na rede hoteleira iam caminhando muito bem, aí veio a crise financeira — esse processo é dinâmico, como V.Exa. mesmo disse —, e em vários desses empreendimentos os empreendedores tiraram o pé do acelerador. São projetos que estão em *holding*.

Esse processo é dinâmico. Precisamos arranjar soluções para retomar esses projetos da área turística no Norte e no Nordeste. Estou citando aqui alguns exemplos.



Percebemos quantidade interessante de projetos com a classificação verde, projetos de menor porte. Agora, nos grandes projetos, a maior concentração está em amarelo e vermelho. Por exemplo, no caso dos aeroportos, entre as 12 cidades não há uma única que tenha hoje aeroporto que possa chegar a 2014 em condições razoáveis. O Aeroporto de Recife talvez seja o mais novo, o mais recente deles. É um belo aeroporto. Mas se a região continuar crescendo na ordem de 3,5% a 4% ao ano, chegará em 2014 no limite. Esses investimentos precisam de tempo, maturação.

Diria que esse processo é dinâmico. O que vai requerer na nossa visão, na visão da ABDIB é um trabalho permanente de gestão e acompanhamento desses projetos. Quem esperava essa crise financeira? Em agosto, todos se recordam, o País estava crescendo 6%, 7% e, com a crise financeira, parou o mundo. Graças a Deus esse processo está sendo retomado, mas temos mais 4, 5 anos até a Copa do Mundo. O que acontecerá?

Esse processo é dinâmico. Temos de criar condições para que, através dessa subcomissão e de outros instrumentos, possamos acompanhar permanentemente as principais obras e empreendimentos. Fiz a citação sem ter pretensão alguma de comparar o Brasil com o que está sendo feito em Londres. Estive lá há 2 semanas. Fui para conhecer o sistema de gestão. Eles acompanham 24h por dia. No final do dia...

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Sr. Ralph, só um aparte para complementar. Quem faz essa gestão?

O SR. RALPH LIMA TERRA - Foi criado o que eles chamam de Autoridade de Desenvolvimento Olímpico Britânico, um ODA, que é uma entidade criada a partir da autoridade federal da Inglaterra e da autoridade da cidade de Londres. Fizeram uma licitação, contrataram uma grande empresa de gestão que acompanha 24 horas todo o empreendimento. Há 2 semanas estavam atrasados 4 dias. Achei muito interessante. E mostram os 4 dias.

Não temos nada semelhante no Brasil. Vamos ter de fazer isso, mas não para todas as obras. Na minha visão, para aquelas obras vitais vamos ter de construir um esforço desse.

[p12] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:11 Taq.:Denise Honda Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Continuando, quero fazer uma pergunta ao Dr. Luiz Antônio. É evidente que todos nós temos dúvidas e fica demonstrado na sua resposta. Há uma série de condicionamentos para o futuro. O fato é que as pessoas haverão de andar no Brasil. Chegando mal ou bem, a Copa do Mundo vai acontecer. O que nos preocupa, como disse anteriormente, é que ela aconteça bem, e todos nós brasileiros queremos assim. Agora, é preciso jogar futebol, é preciso ter arenas condignas e estágios condignos.

Tive uma conversa preliminar com o senhor, pois o senhor me anunciou com imensa satisfação uma preocupação que tinha da parceria público privada que está sendo preparada e poderá acontecer no Maracanã, no Rio de Janeiro. É muito importante, porque afinal de contas o palco maior nessa Copa do Mundo — perdoe-me meu amigo Silvio Torres — será o Maracanã, como foi na Copa de 50. Eu assisti, estava lá. Naquela época eu cheguei de bonde. Agora, morando na Zona Sul, espero que haja melhoria na questão do tráfego.

Quero lhe fazer uma pergunta, pois me deixa preocupado. O senhor respondeu que o BNDES tem meios e modos de financiar essas arenas e estádios. Alguns vão ser remodelados, outros vão ser construídos. O senhor nos deixou claro que haveria 3 caminhos: primeiro, o financiamento aos clubes de futebol, que no caso são três, mas que seria determinado de outra forma, porque não há como emprestar ao São Paulo Futebol Clube, por exemplo. Outro caminho seria financiar as Parcerias Público Privadas. Concorro com ambos — tanto com o Dr. Ralf quanto com o senhor — que seria a melhor maneira. O Brasil precisa aprender a buscar capital privado para investimentos, seja ele estrangeiro ou brasileiro. É a melhor maneira de podermos resolver os grandes gargalos que temos pelo Brasil afora.

Como seria feito o financiamento aos clubes, as parcerias público privadas e aos Estados. Evidentemente, preocupa-me muito a questão dos Estados. Temos Estados maiores e menores, com menor capacidade de renda, com menos dinheiro, que estão sempre batendo às portas do Governo Federal. Essa é que a grande realidade.

Aliás, aqui entre nós, acho que o Estado é uma ficção. Deveríamos ter o Estado único. Esta é a uma questão a ser discutida em outro momento e de outras formas: o Estado unitário.

[P13] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:12 Taq.:Daniela Rev.:



Então, como é que resolveríamos? O senhor, em certo instante, como bom banqueiro que é, deixou claro que depende da capacidade de pagamento. Há uma série de coisas nessa questão. Sei que Estado nenhum tem grande capacidade de pagamento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DO SOUTO GONÇALVES - Isso. Deputado, o que disse para o senhor é que, pela percepção que tivemos até agora, existem 3 modelos. Isso não significa que vamos financiar todos eles. Alguns Estados optarão por Parcerias Público Privadas, já tendo feito a discussão pública, a chamada pública, para publicação de seus editais. O Sr. Ralph talvez esteja acompanhando. Alguns Estados estão fazendo isso.

Outros, pelo que temos ouvido falar, ainda sem segurança absoluta, farão a opção por um investimento público. O que temos ouvido sobre o investimento público é que ele terá recursos do próprio Estado. Então, ele não tomará financiamento, até porque, para que o BNDES faça um financiamento a um Estado ou a uma cidade, o financiamento público — o senhor deve conhecer bem isso — passa pelo processo do endividamento global. Então, as cidades passam pelo descontingenciamento e os Estados, pelo seu programa de ajuste fiscal.

Todo ano é feita uma discussão no programa de ajuste fiscal, e o Estado, então, discute os seus investimentos com o Governo Federal e a sua possibilidade de se endividar. Aí ele vai buscar alternativas de endividamento. Pode ser o BNDES, o Banco Mundial, a CAF. Enfim, ele tem algumas alternativas de investimento.

Qualquer investimento no setor público passa por essa primeira lógica. É uma decisão, inclusive, de Governo. E como o senhor disse, o Governo tem dito que não alocará recursos para isso.

O terceiro segmento é o de clubes. Há 3 estádios que são de clubes e que, pelo que foi informado à FIFA, necessitam de investimento. Aí também há uma dificuldade, porque, para fazer um financiamento, um banco precisa de garantias, de perenidade na sua gestão e de estar todo regulamentado, pagando os seus impostos etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Quais são esses 3 estádios?



O SR. LUIZ ANTÔNIO DO SOUTO GONÇALVES - Os 3 estádios são: o do Internacional, no Rio Grande do Sul, o do Atlético Paranaense e o do São Paulo. São os 3 estádios que não são públicos. Todos os outros são públicos, são arenas públicas.

Então, respondendo de forma bem clara ao senhor, o banco tem capacidade. A arena é um item financiável. Hoje, se um ente privado quiser constituir uma arena para o seu clube, desde que tenha capacidade de pagamento, garantias etc., essa já é uma linha do BNDES. Por isso digo que não há grandes novidades.

A dificuldade talvez seja acomodar cada um desses entes a uma lógica bancária. Aí temos que ver o projeto e a sua capacidade. Por isso, não posso lhe dar uma resposta pontual. Mas, em linhas gerais, o BNDES tem linhas de financiamento.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Agradeço aos senhores as respostas que nos foram dadas e a presença.

Esta é uma Comissão Permanente. Como muito bem diz o Deputado Silvio Torres, ela acompanha e atua permanentemente para que possamos manter alertas as nossas autoridades federais e estaduais, os nossos órgãos de financiamento e a CBF. Assim, poderemos chegar ao final que todos os brasileiros esperam. Primeiro, que o Brasil seja o campeão mundial, e, segundo, que ele seja exemplo para todos os outros países do mundo pelo modo de receber os turistas que aqui vão chegar.

Então, a comissão vai ser permanente. Espero, inclusive, estar aqui no ano que vem. Vai depender do povo da minha terra. Graças a Deus, temos que nos submeter ao voto e à democracia.

Parabenizo os senhores. Acho que vamos fazer outras reuniões aqui. A comissão é permanente porque nos preocupamos em chegar a um escopo final. Não temos *parti pris* contra ninguém. Não queremos acusar ninguém. Queremos apenas que todos digam a verdade e afirmem as suas posições e que não se repita aqui o que aconteceu no Panamericano do Estado do Rio de Janeiro, que foi uma lástima.

Com isso, finalizo as minhas palavras e passo a palavra ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, que também é autor desse requerimento, assim como eu e o



Deputado Paulo Rattes. O Deputado Silvio Torres tem dado uma grande contribuição a esta Subcomissão.

S.Exa. recentemente viajou para buscar informações, que tem passado para todos. Como autor do requerimento, o Deputado Silvio Torres tem as suas indagações e uma grande contribuição ao trabalho desta Subcomissão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Deputado Rômulo Gouveia.

Mais uma vez, agradeço a presença e as informações dos nossos convidados.

Como já sublinhou o Deputado Paulo Rattes, e como eu também havia dito no início, esta Subcomissão busca construir essa base de informações como contribuição do Legislativo a esse processo de organização e de realização da Copa de 2014 no Brasil, que é, sem dúvida, o evento mais importante que temos assegurado para os próximos 20 anos.

Estamos disputando a sede das Olimpíadas de 2016. É um outro desafio. O Rio de Janeiro antevê, na realização das Olimpíadas, um grande avanço para a cidade. O evento também será benéfico para o Brasil. Mas ainda temos que aguardar decisões.

No caso da Copa do Mundo de 2014, já estamos no processo. O tempo está caminhando. Temos que buscar modelos de acompanhamento de gestão e realização que nos permitam ter segurança de que o dinheiro público vai ser bem investido. Esperamos que os investidores vejam, como foi aqui lembrado pelo Dr. Ralph, que o risco e a oportunidade sejam compensatórios e se animem a fazer os investimentos.

Também vejo que a crise econômica mundial provocou uma dúvida muito séria quanto à realização da Copa de 2014. Quando ela foi proposta, quando o Brasil assumiu os compromissos — aliás, antes disso, quando se começou a discutir a possibilidade de o Brasil sediar a Copa, e parecia ser bastante viável —, o Presidente da CBF e o Presidente da República anunciaram que a Copa seria realizada basicamente com recursos privados. Não só os estádios, foi anunciado que os 12 estádios seriam bancados pela iniciativa privada, e até mesmo os recursos de infraestrutura teriam grandes chances de terem o investidor privado como parceiro através das PPPs ou do modelo que se está buscando implantar no



Brasil hoje, no qual o Governo constrói, e a iniciativa privada participa dessa fase e depois explora o negócio.

Mas a crise mudou as perspectivas, e o fez de modo preocupante porque, como já foi lembrado aqui pelo Deputado Paulo Rattes, em primeiro lugar, vai caber aos Governos Federal, Estadual e Municipal bancar, no mínimo, nove dos estádios. Já está garantido que esses terão dinheiro público. O Presidente da CBF já cobrou do Governo que ponha dinheiro porque senão não vai sair.

Também acho difícil que os parceiros se animem a fazer os investimentos de infraestrutura, mesmo com a previsão de recuperação econômica a partir do próximo ano, porque o tempo corre contra nós. Os parceiros já deveriam estar participando dos projetos e até sinalizando o aporte, e parece que esse não é o caso.

Esta é a primeira questão que faço ao Dr. Ralph: como ele sente, na ABDIB, a disposição dos investidores privados de participar de todo esse elenco de obras que estão previstas para a Copa de 2014?

Da mesma forma, queria avaliar, com o trabalho da ABDIB, se o Brasil se encontra dentro das exigências que a FIFA estipula para as obras. Dentro daquele gráfico mostrado, aliás um trabalho muito bem feito, o que o Brasil vai poder cumprir? E se não cumprir, qual o risco que teremos na realização da Copa?

Eu, particularmente, fixei-me na questão do saneamento, que foi até lembrado pelo representante dos BNDES. Acho que realmente o Brasil pode ter uma nova realidade. Se o Governo continuar com a disposição de levar à frente esses investimentos, poderemos atingir as metas. Mas essas metas não podem ser debitadas ou cobradas apenas das cidades-sedes. Eu queria saber depois, do BNDES, se tem como nos dizer, dentro do projeto de saneamento que ele tem participação, se a prioridade é toda distribuída ou se é apenas focada nas 12 cidades-sedes.

Outra questão que eu gostaria de esclarecer é se, pelo fato de termos elaborado projetos num período de grande crescimento econômico, não só no País, como no mundo todo, e a economia meio que “bombando”, entre aspas, se não houve um superdimensionamento das obras previstas, ou seja, metas além da capacidade do País de poder realizá-las, especialmente com relação aos estádios. Assistimos e temos lido e acompanhado a evolução dos custos dos estádios. Há

[p15] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:14 Taq.:Zagotto Rev.:



estádios que começaram com um custo estimado em 200 milhões de reais e hoje já estão em 600 milhões de reais. Então, como será equacionada essa questão, especialmente pelo BNDES, que será demandado para bancar esses custos? Se haverá uma certa imposição de limitação, ou seja, financiaremos um projeto até certo ponto, desde que ele se mostre viável economicamente, que ele seja efetivamente um legado. Corremos o risco de ter elefantes brancos construídos no Brasil que não terão nenhuma função depois. O famoso Engenhão dos jogos pan-americanos é um exemplo muito patente. Ele foi construído com um custo de mais 400 milhões de reais; não serve para a Copa do Mundo; está num local de difícil acesso para a população; há dificuldades para levar as torcidas, que não vão para lá; o Governo Municipal não consegue manter e, por isso, repassou ao Botafogo por 32 mil reais por mês, um preço simbólico. Então, uma arena moderna como aquela, infelizmente, está sem utilização, até mesmo para a Copa do Mundo.

Vou dar o exemplo da preocupação com Manaus, onde não há futebol que sustente o estádio, e, mesmo com uma arena multiuso, não sei se vai haver poder aquisitivo para que aquele estádio, previsto hoje em 600 ou 700 milhões de reais, seja efetivamente utilizado.

O Deputado Rômulo Gouveia se referiu a uma viagem que fiz recentemente à Alemanha. Fui conhecer os estádios, conhecer os organizadores da Copa de 2014, trocar informações. Especificamente tive oportunidade de conhecer com mais detalhes 2 estádios, no caso de Frankfurt, estádio hoje chamado de Commerzbank, que foi assumido por um banco depois da Copa. Os administradores do estádio me disseram que gastam 7 milhões de euros por ano para manter o estádio, e o fazem através de um sistema tipo concessão para o estádio que serve para futebol e para espetáculos. O Governo Municipal é parceiro, ele concede e, ao mesmo tempo, acompanha para que o estádio não se degrade, para que haja um permanente aproveitamento. Agora, são 7 milhões de euros por ano. Os estádios no Brasil não terão capacidade de suportar esses custos.

No caso de Munique, especificamente, onde foi construído talvez o estádio mais moderno do mundo, que é o Allianz Arena, assumido depois pelo Bayern, que hoje é praticamente o proprietário do estádio, se sustenta apenas com o futebol. Não é feito nenhum espetáculo, nenhum *show*. Os *shows* ficaram restritos ao Estádio



Olímpico, de 1972. Essa foi a combinação que fizeram numa cidade de um milhão e poucos habitantes, que hoje sustenta 2 estádios. Por quê? Porque o povo tem poder aquisitivo. Independentemente da Copa, na famosa festa da cerveja, a Oktoberfest, Munique recebe 3 milhões de turistas. Já era uma cidade preparada.

E as nossas cidades? Estamos querendo nos espelhar em exemplos que, infelizmente, não vão servir para o Brasil. Como já conversamos, Dr. Ralph, a Copa da África está destinada a ser um meio fracasso, porque é quase impossível, a essa altura, transformá-la em modelo para qualquer evento. Ela tem enormes carências que continuarão, os legados serão muito limitados. Isso se deve, talvez, a uma certa irresponsabilidade do Governo da África, que assumiu um evento que não tem capacidade de produzir.

Então, estou fazendo essas considerações porque acho que o Brasil tem que assumir o compromisso, mas tem que realizar a Copa dentro daquilo que tem condições de fazer. Não podemos permitir excessos.

E é nesse sentido minha indagação. O BNDES vai monitorar os recursos para quem vai emprestar? Se o BNDES agir com o rigor que qualquer banco deve agir, mesmo que seja um banco público, ele vai rejeitar propostas? Nesse caso, como vão ser concretizadas as obras? Os Estados e Municípios já assinaram compromissos. Entregaram projetos sem terem certeza e garantia de que teriam financiamento. Agora, depois que o papel está assinado, eles têm que correr atrás desses recursos. Acho que vai sobrar muito para o Governo Federal, para o BNDES ou outras fontes de dinheiro público. Eu gostaria de saber a opinião de ambos sobre esse meu comentário.

Uma outra questão que eu queria fazer ao BNDES também é se, nas linhas de financiamento já previstas para as obras — imagino que o BNDES já foi consultado sobre aportes —, já há taxas de juros fixadas, se elas vão seguir os parâmetros atuais, se em função da Copa de 2014 vai ser estabelecido algum outro tipo de taxa.

E como ele vai lidar com a questão do limite de endividamento de Estados e Prefeituras? Creio que essa será uma questão central. O Congresso Nacional e o próprio Governo têm sido muito refratários a qualquer alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que essa foi uma conquista importantíssima para o



País. Acho que dificilmente abriremos mão dos parâmetros dessa lei. Como se comportará o BNDES nesse caso?

Especificamente na questão do turismo, quero perguntar se já há um montante fixado para a rede hoteleira e os outros investimentos na área turística.

Quero saber também se algum projeto já está em andamento, já está sendo analisado, já foi consultado no BNDES. Qual deles? Quais estão sendo os parâmetros dessa consulta?

Sr. Presidente, quero finalizar e, se depois eu tiver oportunidade, quero retomar as perguntas, complementando um pouco o que o Deputado Paulo Rattes já perguntou ao Dr. Ralph sobre a questão do verde, do amarelo e do vermelho. Quero saber quais são os setores que já poderíamos considerar, além daqueles que já foram citados, como sinal vermelho.

Especificamente pergunto sobre o tal trem-bala, o trem de alta velocidade. Tivemos uma audiência pública recentemente aqui ouvindo a ANTT e a Casa Civil sobre a implantação do trem-bala no Brasil. Tomamos conhecimento de que o projeto chega a 36 bilhões de reais, e que terá dinheiro público obrigatoriamente. Não sei se dinheiro público apenas do Governo Federal ou também do BNDES. Também tomamos conhecimento que o trem-bala não ficará pronto até 2014. Eu quero saber se já foi incluído o trem-bala entre os estudos da ABDIB, e qual a sua avaliação sobre sua implantação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Após as indagações do Deputado Silvio Torres, tem a palavra inicialmente o Dr. Ralph e, em seguida, o Sr. Luiz Antônio.

O SR. RALPH LIMA TERRA - Deputado Silvio Torres, no que diz respeito à crise financeira, que já foi amplamente debatida na sociedade e aqui no Congresso, ela é uma realidade. Hoje, em função da crise financeira, o desafio de realização da Copa do Mundo de 2014 é maior. Não tenho a menor dúvida. Eu não saberia dimensionar, mas afirmaria com toda certeza que o desafio é bem maior.

Já citei como exemplo a rede hoteleira. O Nordeste brasileiro tem uma série de empreendimentos que até agosto do ano passado eram absolutamente viáveis, com investidores identificados, com fontes de recursos, projeto de viabilidade

[P17] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:16 Taq.:Leandro Rev.:



econômica e financeira feito, fundos sendo constituídos para captar recursos no mundo inteiro para aplicar nesses projetos. Não estou falando de Copa do Mundo, são projetos com finalidade turística. Uma boa parte desses projetos que estão identificados no nosso trabalho, hoje, passado exatamente 1 ano, agosto de 2009, não estão equacionados. Vamos precisar trabalhar juntos, setores privado e público, para criar condições para que novos investidores venham e viabilizem esses projetos.

Em função da crise financeira, o conjunto de recursos que estava migrando para o País de fontes internacionais praticamente secou. Se não fosse o acréscimo e o incremento do orçamento do BNDES, que foi absolutamente significativo, o Brasil teria sentido muito mais o que sentiu da crise. Felizmente, as coisas aqui estão andando, e o BNDES teve um papel decisivo. O Governo Federal injetou recursos, aumentou rapidamente o orçamento, e isso serviu para, de certa forma, amortecer esse efeito.

Mas as questões internacionais, no que diz respeito à origem de recursos, à fonte de recursos, continuam não-viabilizadas. Na visão da ABDIB, não cabe imaginar que vamos suportar e desenvolver esses projetos somente com recursos privados. Vamos ter que criar condições para que o investidor internacional — e o investidor privado também — volte a trazer recursos para o Brasil, aplicando em projetos de médio e longo prazos.

Entrando na sua segunda pergunta, interesse existe. Tanto é que a vida continua, há uma série de projetos sendo tocados. Mas vamos precisar criar condições para que esses investimentos aconteçam.

Um item que nos preocupa muito, não só em relação à Copa do Mundo, mas à infraestrutura como um todo: hoje, fazer investimento em infraestrutura no Brasil é uma corrida de obstáculos. Quantos e quantos empreendimentos, por razões as mais diversas possíveis, começam, param, voltam, interrompem e são questionados? Não quero dizer que não devam ser acompanhados ou questionados, mas é preciso ter compromisso de continuidade.

Quanto à Copa do Mundo — eu estava até brincando antes de começarmos —, eu sou apaixonado por futebol e não me lembro de nenhuma que tenha sido adiada. Copa do Mundo ocorre de 4 em 4 anos nos meses de junho — fim de junho

[P18] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:17 Taq.:Lelaine Rev.:



e início de julho. E essa também não vai ser adiada. Nós vamos ter de chegar lá. A meu ver, é uma corrida de obstáculos; por outro lado, há um conjunto imenso de oportunidades. A Espanha aproveitou muito bem a Olimpíada de Barcelona; a Alemanha deu um *show* 4 anos atrás — eu estava lá e acompanhei. Sem querer aqui comparar, são duas realidades totalmente distintas. Todo mundo viu a Olimpíada que mudou a imagem da China. Eu não quero passar nenhuma imagem ufanista, mas, se trabalharmos direitinho, dá para fazermos um belo trabalho.

No que se refere aos estádios, ao BNDES, às taxas e condições, o Souto abordou essa questão. Eu já falei sobre turismo. Essa é uma área que preocupa não apenas para a Copa do Mundo, mas para a viabilidade, principalmente das Regiões Norte e Nordeste que têm uma força muito grande do turismo na sua economia. Verde, amarelo e vermelho, vou reafirmar o que eu já disse.

No que diz respeito a projetos em andamento, eu tive a oportunidade de visitar cada uma dessas 12 cidades ao menos 3 vezes no último ano. A maioria delas com volume de obras impressionante. Por exemplo, eu venho a Brasília quase toda semana. É impressionante, percebemos — e não é para a Copa do Mundo — que são projetos necessários para a cidade. Nas cidades do Nordeste, como Fortaleza, Recife e Salvador, há um monte de obras. Não é novidade para ninguém que, independente da Copa do Mundo, as cidades necessitam de investimentos em infraestrutura. E eles estão acontecendo. Com certeza não no ritmo e na velocidade que gostaríamos, mas estão acontecendo. Já os grandes projetos que dependem mais ainda de volumes de recursos de capital internacional ou mesmo da banca financeira nacional ou de recurso público, o nível de interrogação é maior.

Em relação ao trem rápido — Rio-São Paulo —, desde que eu me entendo por gente, e já faz muito tempo, ouço falar no trem rápido. Ele nunca foi viável economicamente. Todavia, em função das condições econômicas do País, parece fazer sentido. No que diz respeito à Copa do Mundo, faz parte do nosso projeto o trecho que liga Campinas a São Paulo. Isso é fundamental. Tudo indica que, da visão do nosso trabalho, essa é uma decisão que a ABDIB não tem a menor pretensão de divagar, tomamos como ponto de referência o Aeroporto de Viracopos. A ligação rápida Viracopos-São Paulo é fundamental para a Copa do Mundo, voltando para o tema Copa do Mundo. Agora, São Paulo-Rio de Janeiro é outra



história, não faz parte do nosso projeto. Não foi considerado, em função daquelas premissas que eu coloquei, como sendo um equipamento fundamental para a Copa. O trecho Campinas-São Paulo, esse sim, é fundamental, porque, por mais que façamos investimentos, Cumbica e Congonhas não serão nem de perto suficientes para a Copa do Mundo de 2014.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, eu poderia acrescentar mais duas questões?

Quero saber se já é possível ter uma ideia dos valores necessários desses investimentos. Nós tivemos aqui, há pouco tempo, uma audiência pública com a SINAENCO, que fez um estudo semelhante em cada uma das cidades e trouxe para nós um número em torno de 100 bilhões de reais. Gostaria de saber se a ABDIB já tem algum parâmetro do custo e quando esse projeto, fruto de um convênio da CBF com o Governo, vai estar finalizado e quando vai ser entregue. A terceira pergunta é se estamos no limite do tempo para concretizar as obras ou se ainda há alguma folga.

[p19] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:18 Taq.:Rosária Rev.:

O SR. RALPH LIMA TERRA - No que diz respeito a valores, o nosso projeto não tem como objetivo identificá-los. Quem vai definir quanto, quando e onde os projetos vão ser feitos serão as autoridades federal, quanto aos projetos de competência federal, estadual e municipal, quanto aos projetos que forem de competência estaduais e municipais. O nosso objetivo é fazer um diagnóstico de onde estamos, onde queremos chegar em 2014 — esse nós vamos fazer — e o que fazer para chegar lá.

Por exemplo, no caso da África do Sul. Só se faz Copa do Mundo com estádio, energia e telecomunicação. Essa é a grande verdade. Agora, não há turista e nenhuma atividade econômica; o legado vai ficar restrito aos Estados. Essa é uma decisão que o país precisa tomar.

Uma Comissão como esta, por exemplo, é fundamental para estimular o debate em torno do legado. Tem gente que acha isso bobagem, eu não acho, a ABDIB não acha. A ABDIB acha que o legado é fundamental.

Quando teremos outra oportunidade de fazer um evento em que o mundo todo vai estar prestando atenção no Brasil? A grande parcela de patrocinadores do



evento propriamente dito vão ter interesse em que as coisas aconteçam da melhor forma possível.

Então, no que diz respeito a valores, confesso...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não vai haver nenhum valor no projeto que vai ser entregue?

O SR. RALPH LIMA TERRA - Vão haver valores a partir dos projetos, das obras em andamento, todos identificados com a classificação verde, amarela e vermelha. E nós vamos estimar o que precisa ser feito a mais além daquele...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, vão haver valores.

O SR. RALPH LIMA TERRA - Vão haver valores estimados e indicativos, mas quem vai decidir se fazer ou não é o Estado, o Município ou o Governo Federal. Inclusive essa é uma decisão, uma discussão da qual a sociedade precisa participar.

No que diz respeito a prazo, nós estamos terminando de sistematizar essas informações. Mais tardar no início de setembro — não há muito mais tempo, portanto, eu estou falando de 20 dias — isso tudo vai ser público e divulgado para todos os atores interessados no processo. Nós vamos entregar aos Estados, às cidades, ao Governo Federal e ao comitê organizador e, com certeza...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - À nossa Comissão.

O SR. RALPH LIMA TERRA - Com certeza.

A última questão é se estamos no limite. Eu costumo brincar e dizer o seguinte: depois que fizemos tudo isso que nós estudamos e dimensionamos, o mais difícil vai ser ganhar a Copa do Mundo. Eu acho que nós temos tempo, talvez não o tempo para poder fazer tudo o que está aqui indicado — nem tenho essa expectativa —, mas nós vamos ter oportunidade de escolher e identificar o que é mais importante para a realização da Copa do Mundo. Tempo há. Imaginem se fôssemos começar agora a fazer esse trabalho que já está feito.

Então, sem nenhuma pretensão, quando estivermos divulgando, nos próximos dias, esse trabalho, vai ser uma contribuição inclusive para acelerar o processo de discussão. Vai-se criar polêmica. Tem gente que vai achar que é preciso fazer muito mais e tem gente que vai achar que é preciso fazer menos, mas pelo menos a contribuição está sendo feita. E no momento é o que a ABDIB pode oferecer.



O SR. LUIZ ANTÔNIO DO SOUTO GONÇALVES - Deputado Silvio Torres, eu vou começar pela questão do saneamento, cujos investimentos são feitos em todo o Brasil. Realmente não teve e não tem nada a ver com o evento da Copa do Mundo. Esse é um esforço muito grande dos últimos 2 anos, e começamos a ver os resultados. Eu acho que num prazo de 10 anos — sendo otimista —, possamos pensar no Brasil com água e saneamento, de modo geral, de forma diferente. Para nós, brasileiros, isso vai ser uma grande alegria. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que o senhor levantou é o endividamento de Estados e Municípios.

Bom, nós seguimos a lei, então, não temos nem como pensar qualquer outra coisa. Toda a forma de operação, todo endividamento que é feito no BNDES é autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional seguindo as regras do Senado Federal. Então, essa é uma questão básica. Só que essa é uma condição necessária, mas não é a condição suficiente, porque, como nós somos um banco, eventualmente é possível esse ente se endividar, mas é possível também que ele não tenha capacidade de endividamento bancário com o BNDES.

Na verdade, são duas análises que são feitas: uma do endividamento global e outra da lógica bancária. Então, são dois caminhos que esses entes, para se endividarem, têm que percorrer. Acho que esse caminho está bem trilhado, bem trabalhado.

Em relação aos estádios, apesar de podermos financiar arenas, nós nunca financiamos porque nunca houve demanda de financiamento de arena. Portanto, nós estamos aprendendo um pouco conversando com todos. E temos percebido algumas coisas.

Primeiro, esse modelo de arena, que vem sendo dito ser um sucesso, na verdade é mais ou menos. Existem arenas que são um sucesso e existem arenas que não são. Nem tudo é sucesso nessa modelagem de arena. Ter um clube de futebol importante ligado a essa arena é muito importante. São coisas óbvias. Ter uma cidade que tenha renda para justificar a venda de um camarote para uma empresa muito cara, fazer um *naming right*, esse tipo de coisa, é muito importante. Estamos observando essas questões.

[p20] Comentário: Sessão:1191/09
Quarto:19 Taq.:Márcia Moreira Rev.:

[p21] Comentário: Confirmado. Márcia
Moreira.



Mas também observamos que em muitos países — e acredito que nós aqui também vamos viver essa situação — se discute se, como a necessidade de uma ferrovia ou uma estrada, é necessário ter uma arena ou não em uma cidade onde você tem menos renda e não tenha clubes tão nobres. E aí, talvez, o Poder Público faça uma contrapartida na entrada desse setor privado. Se esse bem não pode ser todo pago pelo setor privado, que o investimento possa ser dividido pelo Poder Público e pelo setor privado. E, no limite, pode-se ter o caso em que ele é todo do Estado.

No mundo, em vários países, inclusive países de Primeiro Mundo, surpreendentemente, as arenas são de cidades, de Estados, essa coisa toda, e geridas por Estados e cidades.

Uma coisa que V.Exa. mencionou, e eu acho interessante, e também aprendemos há pouco tempo, é o custo de manutenção de uma arena. A gente constrói um estádio. Na média é 2% do valor investido. Isso é o que a gente tem visto historicamente, mas varia entre 1% e 3%. Então, não basta construir. É preciso manter anualmente.

Estamos falando de valores significativos: 10 milhões de reais, 12 milhões de reais, logo, se trata de 1 milhão/ano, 2 milhões/ano, dependendo do tamanho e do volume dessa arena. Então, ter um parceiro privado que possa maximizar a receita daquele ativo é uma questão muito importante.

Eu acredito que V.Exas. vão conversar com as cidades e vão entender melhor a experiência de cada uma, de como elas estão lidando. Mas há uma busca de maximizar os seus recursos, inclusive algumas vem utilizando a arena como centro de convenção. Parte pode ser utilizada como centro de convenções, pode haver venda de camarote para pequenos eventos da empresa durante a semana. Em cidades onde não houver eventos de futebol, pode-se buscar outras atividades para aproveitar o espaço.

Então, acho que é um desafio importante porque a gente sabe que no Brasil, se formos investir apenas onde é realmente rentável, talvez fossem poucos Estados pelas razões óbvias que a gente conhece.



Outra questão que V.Exa. expôs foi a questão das linhas de financiamento. A percepção que o BNDES tem é de que hoje nós temos linhas de financiamento adequadas a atender essa demanda.

Na questão da sua remuneração, o banco — e o Ralph está aqui para confirmar — nunca praticou taxas tão atrativas.

O Presidente Luciano fez uma política importante, anticíclica. O BNDES conseguiu fazer essa política, o que foi muito importante, e não só melhorou prazos, como melhorou taxas, crescemos no orçamento.

Então, eu diria que hoje temos um conjunto de atratividade importante, mas não estamos nos furtando a discutir pontualmente algum gargalo que venhamos a observar e que nele tenhamos uma necessidade diferenciada de investimento, seja no que tange a aumentar um pouco mais o prazo. Normalmente a discussão é mais prazo. Taxa hoje não é mais uma discussão tão importante. Não é isso, Ralph? A discussão hoje é prazo. Quando se fala em infraestrutura, é o tempo disso e as garantias. Essa é a grande discussão, porque uma modelagem são sociedades de propósitos específicos montadas. A história brasileira é montada no setor de energia, saneamento, estradas, onde os recebíveis são os garantidores dessas operações. Talvez nesse modelo que estamos vendo aqui, essas empresas não venham a ter recebíveis para dar como garantia. Aí, talvez, tenhamos uma discussão importante, com a qual já começamos a trabalhar.

Por último, o senhor perguntou sobre hotéis. Na verdade, os fundos constitucionais nas 3 regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, têm recursos mais competitivos do que os recursos do BNDES pela sua própria origem e pelo seu próprio *funding*. Então, o BNDES também já está discutindo com o pessoal dos hotéis, mas não vemos maiores dificuldades nesse segmento.

Quer dizer, no curto prazo, Ralph, vamos ter um conjunto de investimentos para a Copa que vai passar por reformas e pequenas ampliações. Isso é o que vamos ter no olhar de Copa. Teremos investimentos que fazem parte do *pipeline* do fluxo dos próprios investidores do Norte, Nordeste. O Brasil, não há dúvida, é turístico. No que tange à Copa do Mundo, esses investimentos ficarão, no setor hoteleiro, muito centrados em modernização e pequenas ampliações. Não que não tenham investimentos. Terá, mas é o investimento já programado e não para a Copa



do Mundo. É o investimento com visão de um país que está crescendo, cujo turismo é uma questão importante.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Souto, tenho aqui uma notícia na qual o Ministro Luiz Barreto diz que o BNDES disponibilizaria entre 250 e 300 milhões para a rede hoteleira com a finalidade de ajudar nas metas da Copa de 2014.

Eu queria agregar a essa pergunta se já há montante estimado, imaginado pelo BNDES de quanto poderia destinar às obras da Copa do Mundo especificamente. Se ainda não há esse limite, estaria dentro dos parâmetros normais do banco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE SOUTO GONÇALVES - Temos uma quantidade de recursos significativa. Os nossos projetos, pelas suas próprias características, são de longo prazo, cujos desembolsos vão acontecendo ao longo do tempo. Mesmo os investimentos de Copa, na sua grande maioria, a não ser a modernização de um hotel, muito rápidos, vão maturar durante 2, 3 anos, antes da liberação de recursos. Estão no fluxo de desembolsos do BNDES. Então, normalmente quando estabelecemos uma quantidade de recursos, é porque ela tem caráter de determinado tempo e condições diferenciadas. Portanto, se viermos a tratar alguns desses tempos, se a Diretoria do BNDES entender que alguns desses temas devam ter uma lógica temporal, deve-se pensar o seguinte: quem fizer investimento naquele segmento, por exemplo, naquele período, vai trabalhar com uma condição diferenciada, seja ela qual for. Então, ele é um programa, tem limite de valores e tem tempo para que aquilo ocorra. Essa é a linha tradicional do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Consulto o Deputado Paulo Rattes. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Ralph Lima Terra para suas considerações, já de antemão agradeço sua presença e contribuição.

O SR. RALPH LIMA TERRA - Muito obrigado.

Há 2 comentários que eu poderia acrescentar no que diz respeito aos estádios e às arenas.

Apesar de não ter feito parte, no primeiro momento, das preocupações da ABDIB, citei há pouco que, há duas semanas, a convite do Comitê Olímpico



Internacional, fui a Londres para conhecer o *site*. E, então, vi que a Arena Olímpica já está de pé: 60 mil lugares. Sabem qual a solução que eles encontraram? E precisamos um pouco de coragem para enfrentar a questão no Brasil. Terminada a Olimpíada, eles vão reduzir a arena de 60 mil para 25 mil lugares. A base da arena é de concreto; o segundo e o terceiro níveis, de aço. Terminada a Olimpíada, eles vão desmontar o segundo e o terceiro níveis, que serão utilizados para ser montados em outros lugares. E a arena ficará com 25 mil lugares, portanto, com um custo de manutenção menor.

Não estou dizendo que devemos fazer isso no Brasil, mas precisamos ter coragem para discutir. Em determinadas cidades, essa talvez seja a solução.

Essa é uma contribuição como resultado do que vi lá há duas semanas.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Foi uma excelente lembrança.

Isso me fez lembrar que eu tinha feito uma pergunta ao Dr. Souto sobre o superdimensionamento das obras. Especificamente, se haveria por parte do BNDES limitação dos custos, devido, como eu disse, aos valores que estão crescendo à medida que são anunciados. Se o Dr. Souto pudesse responder, após o Dr. Ralph, agradeceria.

O SR. RALPH LIMA TERRA - Quanto à questão financeira., ela por si só já é importante, e agora, depois da crise financeira, é mais importante ainda. Hoje, no Brasil, basicamente, financiamento de médio e longo prazos é o BNDES e algumas opções que estão surgindo e sendo incentivadas, com as quais, aliás, a ABDIB tem trabalhado muito: a constituição e o desenvolvimento dos FIPs — Fundos de Investimentos em Participação. Já temos constituído o FI-FGTS, com cerca de 17 bilhões de reais contratados, volume ainda muito pequeno perto do orçamento do banco, mas já é algo significativo. Outros 7 fundos já estão constituídos, com valores menores. Existe um potencial muito grande de desenvolvimento no Brasil. Essa ferramenta, muito utilizada na América do Norte, na Europa e na Ásia, é muito nova no Brasil. Com certeza, ela terá um papel cada vez mais maior, além do que o BNDES já desempenha normalmente.

Como o Deputado Paulo Rattes destacou, esse trabalho é dinâmico. Daqui a 1, 2 meses, vamos ter novidades, e teremos de trabalhar juntos.

Agradeço a todos e me coloco à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Para suas considerações finais e para responder à indagação do Deputado Silvio Torres, tem a palavra o Sr. Luiz Antônio de Souto Gonçalves, Chefe de Departamento da Área de Inclusão Social do BNDES,

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE SOUTO GONÇALVES - Vamos à questão dos Fundos.

Vemos os Fundos como fator de maior importância, tanto que o BNDES é parceiro de todos eles. Consideramos é um modelo de desenvolvimento no Brasil.

Particularmente, fui conselheiro de alguns Fundos, porque eu estava na Renda Variável.

Sem dúvida, vamos começar a abaixar as taxas dos Fundos, que eram muito altas, mas agora o mundo mudou. Esse é um dado bastante importante.

Quanto aos valores elevados para as arenas, Sr. Deputado, esse é um tema que estamos olhando, e ainda não tenho resposta para lhe dar.

Quando o senhor conversar com as cidades, verá que, como o Ralph disse, se determinada cidade pretender fazer uma arena para 60 mil ou 70 mil pessoas, a primeira pergunta: tem sentido fazer uma arena para 70 mil?

O SR. DEPUTADO SÍLVIO TORRES - Mas o BNDES vai perguntar isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE SOUTO GONÇALVES - Qualquer projeto que chega ao BNDES mostra sua viabilidade econômica e financeira. É claro que, em alguns casos, conforme conversamos, pode não haver viabilidade financeira, mas econômica muito provavelmente deverá ter. Isso será, sim, discutido, faz parte do processo de discussão a viabilidade daquela arena a quantidade do aporte de recursos e o seu tamanho. Neste momento, eu ainda não teria respostas pontuais, mas estamos olhando, sim, esse assunto.

Finalmente, eu queria falar sobre a questão do tempo.

O tempo é adequado, e, pelo que percebemos, ele é justo. Qualquer atraso que venhamos a ter, teremos muita dificuldade lá na frente. Então, o início das arenas tem de se dar até o próximo ano. Se isso não acontecer, entramos em um processo sem saída. E a modelagem que for decidida para essas arenas precisa ser decidida agora. Em 1 ou 2 meses, essa decisão — acredito talvez até menos, 1 ou 1 mês e meio — estará tomada: como ela será feita, de que tamanho será etc. Todas



as decisões estão sendo tomadas agora. Neste momento, há um prazo estreito para tomada de decisões que serão implantadas ao longo desse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Mais uma vez agradeço ao Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura, Indústria de Base, Ralph Lima Terra; ao Sr. Luiz Antônio de Souto Gonçalves, Chefe do Departamento da Área de Inclusão Social do BDNES; às Sras. e aos Srs. Deputados; e aos membros da Comissão e da Subcomissão.

Agradeço ainda à presença do Vice-Prefeito da cidade de Boa Vista, Paraíba, André Gomes; ao Vereador Linaldo de Aauto, assessor do Deputado Damião Feliciano; do Islando, do Conjunto Chico Mendes, Campina Grande; da Joseane, do Presidente Médici; e do Severino Ramos, do Jardim Borborena, lideranças comunitárias que participam de marcha pela moradia e prestigiam o trabalho desta Subcomissão.

Lembro que no dia 19 de agosto, quarta-feira, às 10h, haverá reunião deliberativa da Comissão, no Plenário 9; e dia 20 de agosto, quinta-feira, às 10h, mais uma audiência pública destinada a discutir as providências relativas à organização da Copa de 2014.

Como Presidente desta Subcomissão, mais uma vez, peço ao BNDES e à ABDIB que nos mandem material para subsidiar nosso trabalho. Ma verdade, o objetivo desta Subcomissão é contribuir com a otimização dos gastos e, ao mesmo tempo, oferecer ao mundo uma Copa de qualidade. Essa foi a preocupação do Deputado Paulo Rattes quando apresentou o requerimento aprovado por unanimidade por esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.